PLP 149/2022

NOTA TÉCNICA - Fevereiro de 2025



RESUMO

Projeto de Lei Complementar nº 149/2022

Ementa: Dá nova redação ao § 2° do art. 9° da Lei Complementar N° 101, de 4 de maio de 2000 e altera as Leis N° 8.001 de 13 de julho de 1990 e 13.575, de 26 de dezembro de 2017.

Autoria: Deputada Greyce Elias (AVANTE/MG) Relator: Deputado Fabio Schiochet (UNIÃO/SC)

Situação: Pronta para o Plenário.

Posição da FPMin: Favorável

PRINCIPAIS PONTOS DO PROJETO

- Modifica a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para adicionar a inovação e o desenvolvimento científico
 e tecnológico, financiados por fundos criados para essa finalidade, às despesas que não podem ser
 limitadas em caso de ajuste fiscal.
- Acrescenta dispositivo à Lei que trata da distribuição de recursos da Compensação Financeira pela
 Exploração de Recursos Minerais (CFEM) para vedar a limitação de empenho da CFEM destinada à Agência
 Nacional de Mineração (ANM).
- Modifica a legislação que organiza a Agência Nacional de Mineração (ANM) para esclarecer que os valores arrecadados a título de CFEM estão incluídos nas despesas que não podem ser limitadas ou contingenciadas.

JUSTIFICATIVA

A mineração brasileira é regulada pela Agência Nacional de Mineração (ANM). Desde 2017, conferiu-se à Agência diversas novas competências. Uma ANM forte é condição pivotal para a estruturação da mineração nacional, setor que ocupa papel central na economia do país.

Entretanto, a indisponibilidade orçamentária da ANM é um problema grave e recorrente. **Estima-se que cerca de 50% do orçamento da Agência seja contingenciado anualmente**. Constituem receitas da ANM, além de dotações orçamentárias específicas no orçamento da União, 7% dos valores recolhidos e cobrados a título de Compensação Financeira para Exploração de Recursos Minerais (CFEM).

O PLP 149/2022 pretende garantir a autonomia orçamentária da Agência, para o cumprimento de suas competências regulatórias. A iniciativa em questão fortalece a capacidade institucional da Agência, que resultará em









PLP nº 149/2022 NOTA TÉCNICA



procedimentos administrativos céleres, maior arcabouço fiscalizatório às atividades de mineração, redução do custo regulatório do setor, rapidez na produção e revisão de normas e resolução de conflitos.









